

O ARAUTO DO VENDEDOR

Ano 61 - nº 486 - São Paulo - setembro - dezembro - 2013

Editorial



Sistema sindical brasileiro

Como é sabido pelos sindicalistas, operadores de direito sindical e demais pessoas do meio sindical, o sistema sindical brasileiro, antes e depois da Constituição de 1988 era – e é – por representação categorial e de unicidade (único sindicato por categoria e território), nos termos regulamentados da CLT, acolhidos pela Constituição, no Título: “Da organização sindical”. Isto é, as entidades sindicais são legalmente representantes de membros de categorias (econômicas ou liberais, e profissionais – estas de empregados). Por ser representação por categorias, há vinculação simétrica entre a categoria patronal (econômica) e os empregados desta (categoria profissional), que forma a categoria preponderante ou majoritária na empresa. Mas, sobretudo, destacam-se na empresa, pelo mesmo motivo de representação categorial, as categorias diferenciadas. Todas, majoritárias e diferenciadas, conceituadas na CLT, art. 511. **Página 2.**

Você e a Previdência



Donas de casa contribuem à Previdência para se aposentar aos 60 anos

Todos os meses, a dona de casa Elenilda Roseno Nascimento tem uma preocupação a mais além dos cuidados domésticos e dos filhos. Ela, que também trabalha como diarista, não deixa de pagar o carnê da Previdência Social para ter condições de se aposentar. “Eu pago, às vezes vai meu marido, outras vezes vai a minha filha. Não pode é deixar de pagar nunca, de jeito nenhum, porque a gente não sabe o dia de amanhã”, ressaltou Elenilda. **Página 9.**

“Sonhos não morrem, apenas adormecem na alma da gente.”

(Chico Xavier)

Feliz Natal

Feliz Ano Novo

Colônia de Férias

Festas em nossa casa praiana

Com Colônia lotada, nosso Departamento Social promoveu, neste último quadrimestre, as festas referen-

tes ao Dia das Crianças e o Luau, de origem havaiana. Depois de tanta comemoração, fica a pergunta: quem

se divertiu mais – as crianças ou os adultos? A ver pelas fotos, houve empate técnico... **Página 12.**



Enologia

É hora do vinho branco

A ceia de Natal é um evento festivo de grandes emoções onde são servidos os melhores pratos gastronômicos e as be-

bidas mais saborosas. No caso dos vinhos brancos, à semelhança dos vinhos tintos, é fundamental que eles combinem muito bem com os petiscos ser-

vidos. Conheça um dos bons vinhos brancos para servir na ceia de Natal, e no réveillon, e usufrua de uma refeição equilibrada e deliciosa. **Página 10.**

Opinião

A lógica das seis últimas eleições presidenciais

Em todas elas, as conclusões estão relacionadas, ainda que indiretamente, já que estão expressas por outros indicadores, ao desempenho da economia. Os resultados das eleições presidenciais, em geral, estão relacionados com o desempenho da economia, mesmo que o Estado não seja intervencionista, e com a popularidade do/a presidente no exercício do mandato, dois indicadores quase sempre coincidentes. Quando a economia vai bem, o presidente costuma ser bem avaliado. Isto vale para qualquer país democrático, inclusive Brasil e Estados Unidos. **Página 4.**

Voto alienado será recorde em 2014

Desde as eleições presidenciais de 1989, cerca de 30% do eleitorado brasileiro têm, intencionalmente ou não, exercido o voto alienado. Sendo assim, a conquista deste voto mostra-se decisiva para conquista do Palácio do Planalto em 2014. **Página 5.**



Editorial

Sistema sindical brasileiro – categoria diferenciada e funções próprias como fictícia categorização



Como é sabido pelos sindicalistas, operadores de direito sindical e demais pessoas do meio sindical, o sistema sindical brasileiro, antes e depois da Constituição de 1988 era – e é – por representação categorial e de unicidade (único sindicato por categoria e território), nos termos regulamentados da CLT, acolhidos pela Constituição, no Título: “Da organização sindical”. Isto é, as entidades sindicais são **legalmente** representantes de membros de categorias (econômicas ou liberais, e profissionais – estas de empregados).

Por ser representação por categorias, há vinculação simétrica entre a categoria patronal (econômica) e os empregados desta (categoria profissional), que forma a categoria preponderante ou majoritária na empresa. Mas, sobretudo, destacam-se na empresa, pelo mesmo motivo de representação categorial, as **categorias diferenciadas**. Todas, majoritárias e diferenciadas, conceituadas na CLT, art. 511.

É comum vermos decisões em que se alega que o sistema é este (representação simétrica), com exceção das diferenciadas e, paralelamente, as categorias liberais (“*tertius genus*”). Na verdade, a categoria diferenciada não se trata de exceção, mas, sim, de categoria própria, a participar de todas as empresas, não importando sua atividade econômica.

Ou seja, **não é mera exceção**, mas, sim, a representação mais pura e autêntica, pois identifica representado com

seus representantes da própria profissão específica – e, portanto, de representação mais legítima e verdadeira. De fato, conceitua-se categoria profissional diferenciada, no Parágrafo 3º do citado art. 511, que diz:

“A categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares”

Embora em técnica legislativa o parágrafo tende a especificar excepcionalidades do gênero, disposto no “*caput*”, ou a extrair dele alcance próprio para vários aspectos do comando, o fato é que no Parágrafo 3º citado, se conceitua a categoria diferenciada como própria, autônoma (como é próprio de qualquer categorização), e não mera exceção da simetria entre empresa e empregados.

Ocorre que, lamentavelmente a diluir a representação, a enfraquecer, portanto, a representação, há vários movimentos, apoiados no mais das vezes pelas Centrais Sindicais (que pretendem com isto exibir musculatura representativa quantitativamente maior), no sentido de “fatiar” funções já definidas e próprias de categorias, ou funções, já consolidadas, visando a multiplicidade de representações e de respectivas constituições de representação sob sua égide ou liderança.

Exemplo típico ocorre na área dos vendedores externos (categoria profissional de vendedores praticistas ou viajantes ou de funções assemelhadas, objetivando o mesmo fim: vender externamente os produtos). Aí se pretende criação fictícia de categorias em parte das funções que formam a categoria diferenciada referida, talvez a mais antiga do mundo (comerciar produtos externamente).

A categoria de vendedores externos ao longo do tempo já sofreu, por questões políticas ou mesmo econômicas, faticamente entre o caixeiro viajante, o vendedor externo por conta própria e/ou em nome de terceiro (empresa) com a constituição do representante comercial autônomo e ultimamente com a empresa comercial profissional.

Vem agora de sofrer outras tentativas de fatiamentos, desta vez de funções autônomas fictícias, com apresentação de projeto de regulamentação de profissão de promotor, demonstrador, repositor (expositor) de mercadorias para a venda, enfim, funções intimamente ligadas à função diferenciada de vender. Até porque não se concebe, no mundo racional, venda de produto que não tenha antes sido promovido, demonstrado ou melhor exposto nas ilhas de magazines, supermercados etc. Não há venda sem estes, que são atos preparatórios de vendas, como: promoções, demonstrações, degustações, reposições etc. E nem mesmo sobre atos posteriores da venda externa (o pós-venda).

No entanto, há no Congresso atualmente mais esta fórmula para multiplicar as fa-

tias da representação desta categoria diferenciada (vendedor externo), enfraquecendo-a, e ficticiamente dando foros de autonomia e singularidade à função aderente e imamente ao ato de vender. Um absurdo, pois enfraquece a categoria, cria frentes para novos sindicatos não representativos, tudo para atender objetivos políticos de grupos interessados e não, portanto, na defesa do trabalhador.

Ou seja, para ladear a unicidade, princípio constitucional mantido na CF/88, com condenadas invasões de território e representação, se intenta fatiar a categoria em questão para, enfraquecendo a representação, propiciar novos e ilimitados sindicatos.

O ataque também se aperfeiçoa junto à organização da lista das ocupações nacionais que serve de fonte para intentar fictícias categorias, como dito. Promover, demonstrar, repor produtos nos lugares de melhor exposição para forçar a venda, degustar produtos para o mesmo fim, vira, na lista de ocupações, categorias novas, quando são partes da mesma função que forma a categoria diferenciada de vendas externas.

Não se há de confundir aqui, vendedor interno, balconista, ou melhor, vendedor de loja que recebe o cliente na loja, que são os lojistas, da categoria de empregados no comércio, geralmente varejista. Nem mesmo, em sentido contrário, não se há de entender como lojista vendedor que externamente a sua própria empresa, realize vendas ou promoções de vendas, internamente em lojas outras.

Por isso, o que se defende, e se espera, é liquidez do conceito citado, o respeito ao legisla-

do, com a definição própria do vendedor externo ou assemelhado, com nomes outros para o mesmo fim: vender. Espera-se, enfim, recuse o Congresso a heresia de dar a funções aderentes citadas, foros de categoria própria, autônoma. E, se espera que o Ministério do Trabalho, que visivelmente extrapola os limites dados pelo STF (de meramente registrar as entidades, remetendo ao Judiciário as impugnadas), violando a Constituição, em promoção de normas técnicas (!?), com julgamentos e juízos de valor, deixe de se intrometer na livre organização sindical, e na inexpugnabilidade das representações já conceituadas e consolidadas há mais de 60 anos, como é o caso da categoria profissional dos vendedores externos (praticistas, viajantes ou assemelhados, com outro nome, mas com o mesmo fim de realizar a venda, conf. art. 10o. da Lei 3.207/57).

Se não se pode esperar racionalidade de “livre atiradores”, temos que acreditar que os órgãos constituídos, o Congresso, a Justiça, o Ministério do Trabalho, não deem guarida a mais esta aventura de fatiamento da representação em questão. É o que almejamos.

Edson Ribeiro Pinto

Presidente

Dr. Nivaldo Pessini

Assessor Jurídico

Este jornal é Órgão Oficial do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo



• **Redação e Administração:**
R. Santo Amaro, 255 - Bela Vista - SP - CEP 01315-903.
Tel.: (0xx11) 3116-3750 - Fax: (0xx11) 3116-3795
Registrado no DNPI sob nº 253.158.

• **Presidente:** Edson Ribeiro Pinto

• **1º Secretário:** Roberto Nascimento

• **1º Tesoureiro:** Jorge Evangelista Lima

• **Jornalista responsável:** Lilly D. Portella (MTb 10.394)

• **Editoração eletrônica:** Manuel Rebelato Miramontes

• **Fotos:** SindVend, Arquivo e Camarão

Esta é uma publicação quadrimestral, com distribuição gratuita.

• **Home-page:** www.sindvend.com.br

• **Impressão:** G set Indústria Gráfica e Editora Ltda.
(As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião deste jornal).

Opinião

Bandeira do movimento sindical: redução da jornada João Guilherme Vargas Netto*

Durante anos a redução constitucional da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, foi e continua sendo uma das mais importantes bandeiras do movimento sindical unido

Esbarramos na incompreensão de deputados e senadores, na timidez, com raras exceções, dos partidos políticos (da base do

governo e da oposição) e na surdez da Presidência da República. As entidades empresariais, com sua rabugice tacanha, ajudaram a reforçar o muro de contenção às pretensões legítimas dos trabalhadores. A grande mídia calou-se e se mantém muda. Mesmo nas reivindicações de junho a redução ficou quase ausente.

Mas, na vida real, em cada ciclo de negociações e de mobilizações, em várias empresas e até mesmo em ramos inteiros, estamos conseguindo reduções localizadas, mas significativas; em alguns casos adotou-se a tática

de reduções gradativas que afastam o fantasma da intemperividade e comprovam, no dia a dia, as vantagens da redução.

Que são muitas e não só para os trabalhadores. Com o ganho real efetivo durante a redução da jornada (sem redução de salários) aumenta a produtividade do trabalho e cresce a qualificação da mão de obra. Como são negociadas, as reduções conseguem melhorar o “clima” das empresas e juntamente com as PLRs (outro instrumento de medida da produtividade e aumento da qualificação, desde que

não haja rotatividade) são percebidas como ganha-ganha entre empresários e trabalhadores.

Alguns sindicatos nas campanhas salariais em curso resolveram lutar pela redução nas empresas. Isso pode e deve ser feito com a mais ampla unidade de ação entre categorias, entre centrais e mesmo em datas-bases diferentes.

Mas, em todos os casos, obtidas vitórias parciais não devemos abandonar a luta no Congresso Nacional pela redução constitucional, porque não devemos esquecer a trágica lição

dos trabalhadores alemães: as reduções negociadas, locais e flexibilizadas, ao longo do fim da década dos anos 90 do século passado (com a Alemanha sob o comando dos sociais-democratas) resultaram – por incrível que pareça – em aumento das jornadas efetivamente trabalhadas.

(*) Membro do corpo técnico do Diap, é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

(Publicado no Jornal do Diap de 13/out/2013)

Terceirização é o agenciamento do trabalho humano Paulo Luiz Schmidt*

Estamos todos vivendo, do ponto de vista dos direitos sociais, um dos momentos mais graves da nossa história republicana

Jamais assistimos uma tentativa de desmonte tão radical dos direitos básicos dos trabalhadores consagrados na Constituição Federal e na vasta legislação social que as lutas sociais produziram nos últimos cem anos. Falo do Projeto de Lei 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que pretende regulamentar a terceirização e que aguarda deliberação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, inclusive sob o risco de ser votado diretamente em Plenário

Os juízes do Trabalho, que todos os dias lidam com casos de trabalhadores terceirizados, sabem o quanto esses homens e mulheres são discriminados e tratados de forma não isonômica em relação aos contratados diretamente pelas empresas, com menos direitos e salários menores. Sabemos o quanto os ditos terceirizados são vítimas de empresas que desaparecem antes de encerrar os contratos, sem pagar o que devem ao fisco e aos seus empregados. Sabemos também que a jornada média deles é maior e que sofrem, proporcionalmente, absurdamente mais acidentes de trabalho.

E o que motiva uma iniciativa dessa natureza? A resposta parece muito simples: é tornar o custo fixo da mão de obra em custo variável. Por custo variável leia-se rebaixado, diminuído em desfavor da mão de obra terceirizada. Ao invés de restringir ou limitar a terceirização, a proposta conti-

da no PL objetiva tornar a terceirização regra e não exceção. Se aprovado, terá o efeito de regredir mais de cem anos da história de conquistas sociais e trabalhistas em nosso país.

Mais impressionante de tudo é que o Brasil -- que viveu dias admiráveis na Constituinte de 1988, com partidos importantes lutando pela afirmação dos direitos sociais na nossa Carta Cidadã –, hoje se defronta com a apatia ideológica de algumas dessas legendas, atitude que pode jogar por terra o que foi construído ao longo de um século e consolidado no texto constitucional de 1988.

Nesse sentido – sob o espírito de ícones e lideranças que já se foram, mas que jamais permitiriam algo assim (e me vem à memória Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e tantos outros) –, seria importante que todos os partidos respeitassem a Constituição, que foi escrita naqueles anos e que está em vigor, especialmente na parte dos direitos sociais, bloco de normas editado em favor do povo brasileiro, majoritariamente composto pelos trabalhadores.

Desse modo, partidos com histórico de defesa dos direitos sociais, deveriam vir a público dizer um peremptório não a tão desastrosa iniciativa, que coloca o trabalho humano como artigo de comércio, como uma mercadoria qualquer, a ser vendida por agentes intermediadores da força e da capacidade de trabalho de nossos homens e mulheres. São esses agentes que lucrarão com o agenciamento do trabalho humano, especialmente do trabalhador mais desvalido, que vive de salário mínimo ou pouco mais que isso. Não há nada mais indigno.

Aprovada a proposta nos termos do substitutivo do relator na

Comissão de Constituição e Justiça, deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), com abertura da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, o cenário futuro é de empresas sem empregados, o que se traduz em hospitais sem médicos contratados ou na escola dos nossos filhos sem professores. Sob o ponto de vista jurídico assumo a grave responsabilidade de dizer que o projeto afronta a ordem jurídica internacional, naquilo em que não poderia fazer, notadamente os tratados internacionais sobre direitos humanos. E se pretende fazer isso por meio de lei ordinária!

Assim, há clara violação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 98 (proteção contra atos antissindicalistas) e 151 (sindicalização no serviço público). A contratação de empregados e funcionários por meio de serviços terceirizados é forma de enfraquecer o movimento sindical, eis que, a rigor, os empregados terceirizados vinculam-se legalmente a diferentes patrões, sob diversas regências coletivas, o que fere de morte a unidade dos trabalhadores, a sua própria consciência de classe e, por conseguinte, a sua capacidade de mobilização.

No limite, qualquer empresa poderá recorrer à terceirização em massa em todas as etapas do seu processo produtivo, até como forma de arrefecer ou anular a atividade sindical da entidade representativa da atividade-fim (geralmente a mais forte), reduzindo drasticamente o poder dos representados de exercer o mais comedido e elementar direito coletivo de se organizar e de lutar por melhores condições de trabalho, o que equivale a típico ato antissindical.

De igual modo são feridas as Convenções 100 (igualdade de remuneração) e 111 (proibição de

discriminação). O recurso às terceirizações em massa levará à desigualdade estrutural das remunerações, a critério do empresário na atividade-fim; e, consequentemente, aprofundará os ensejos e contextos de discriminação no emprego, criando subclasses dentro de subclasses (eis que, nos termos do artigo 3º, o PL 4.330 admitirá inclusive a quarteirização, isto é, a contratação de empresa de terceirização para prestar serviços por intermédio de outra empresa de terceirização).

Na mesma linha, o PL afronta a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais da OIT (1998), pois pelo PL, levado à mais agressiva hermenêutica, teremos empresas sem empregados. Com isso, ferem-se as garantias fundamentais do trabalhador na ordem internacional, quanto à própria noção fundamental de trabalho decente, que decorre indiretamente da Declaração.

Não fosse bastante, nos termos em que está, e considerando-se o atual estado consolidado da jurisprudência nacional – há mais de 25 anos o proposto PL vulnera o princípio da proibição do retrocesso social, notadamente quanto aos aspectos antes apontados, em relação aos quais há piora do quadro jurídico – protetivo, em prejuízo dos trabalhadores, sem qualquer contrapartida social.

Nesse sentido, autores como J. J. Canotilho e Ingo Sarlet desde muito afirmam que “o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas (lei da segurança social, lei do subsídio de desemprego, lei do serviço de saúde) deve considerar-se constitucionalmente garantido”.

O Projeto de Lei 4.330/2010 importa em grave retrocesso social. A proposta irá mutilar irremediavel-

mente o futuro do Brasil como projeto de nação. Trata-se do mais duro golpe contra o valor social trabalho, e nem mesmo em tempos de liberalismo mais amplo cogitou-se tamanha ofensa às garantias históricas sintetizadas no aparato protetivo constitucionalmente assegurado.

O PL 4.330, ao expandir para todas as etapas do processo produtivo a possibilidade de intermediação de mão de obra, aniquila o patrimônio de conquistas dos trabalhadores pela introdução de uma ferramenta de precarização cujos efeitos devastadores são incalculáveis.

Basta ver que a intermediação de mão de obra é o único “negócio” no mundo lucrativo para o adquirente. Em todas as demais transações (compras de insumos, equipamentos, bens e serviços) a presença dos intermediários encarece o preço, mas com o trabalho humano, essa intermediação é vantajosa para quem adquire. Por que será?

Juízes do Trabalho em todo o Brasil, juristas, acadêmicos e a maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho têm emitido mensagens e moções unânimes aos parlamentares, assim como fez a Anamatra em carta-aberta e os juízes do trabalho do Rio Grande do Sul e do Paraná em moções públicas dirigidas aos deputados federais. Todos conclamam pela rejeição do PL como forma de preservar a Constituição e o manto de proteção social representado pela legislação trabalhista.

Está nas mãos dos parlamentares decidirem. E o Brasil espera que seja com sabedoria política e sensibilidade social.

(*) Presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho)

(Publicado no jornal do Disp de 20/set/2013)

Opinião

A lógica das seis últimas eleições presidenciais Antônio Augusto de Queiroz*

Em todas elas, as conclusões estão relacionadas, ainda que indiretamente, já que estão expressas por outros indicadores, ao desempenho da economia

Os resultados das eleições presidenciais, em geral, estão relacionados com o desempenho da economia, mesmo que o Estado não seja intervencionista, e com a popularidade do/a presidente no exercício do mandato, dois indicadores quase sempre coincidentes. Quando a economia vai bem, o presidente costuma ser bem avaliado. Isto vale para qualquer país democrático, inclusive Brasil e Estados Unidos.

A tabela abaixo – que informa os anos das seis últimas eleições, o nome do presidente da República e sua popularidade na época, os eixos de campanha dos candidatos, o ambiente político no momento do pleito e os candidatos com melhor desempenho nas urnas – permite extrair três conclusões importantes a respeito da sucessão presidencial, que demonstram a lógica dos resultados eleitorais.

Em todas elas, as conclusões estão relacionadas, ainda que indiretamente, já que estão expressas por outros in-

dicadores, ao desempenho da economia. Vejamos:

A primeira conclusão é que há uma relação estreita entre o índice de popularidade ou de aprovação do/a presidente da República e os votos recebidos por seus candidatos à sucessão, que, eventualmente, poderá ser o/a próprio/a presidente disputando a reeleição.

No pleito de 1989, o então presidente José Sarney não teve candidato à sua sucessão, mas nenhum dos candidatos dos partidos que lhe davam sustentação teve bom desempenho nas urnas. Os três mais votados foram Collor (PRN), Lula (PT) e Brizola (PDT), tendo os dois primeiros disputado o 2º turno, com a vitória do primeiro.

Nas cinco eleições seguintes, segundo dados de Alexandre Marinis, da Mosaico Consultoria, os índices de aprovação dos presidentes e o desempenho de seus candidatos foram muito próximos, conforme segue.

Em 1994, Itamar tinha 55% de aprovação e FHC, que era seu candidato e ex-ministro da Fazenda, teve 54% dos votos. Foi eleito em 1º turno contra Lula.

Em 1998, FHC era aprovado por 58% da população e teve 53% dos votos válidos em

sua campanha de reeleição. Derrotou Lula pela segunda vez, no primeiro turno.

Em 2002, FHC tinha 35% de apoio e seu candidato, o ex-ministro do Planejamento, e da Saúde José Serra, alcançou 39% dos votos válidos no segundo turno. Perdeu a eleição para Lula.

Em 2006, Lula tinha 63% de aprovação e foi reeleito com 61% dos votos válidos em segundo turno. Venceu Geraldo Alckmin.

Em 2010, Lula tinha aprovação superior a 85%. Sua candidata, Dilma Rousseff, foi eleita em 2º turno com 56,05% dos votos válidos. Derrotou José Serra.

A segunda conclusão é que cada campanha possui seu eixo central, que é importante tanto para ganhar a eleição quanto para governar.

O candidato que não estiver sintonizado com as políticas públicas sintetizadas pelo eixo da campanha não terá chance no pleito e, se for eleito e não implementá-las, terá problemas de governabilidade, como foi o caso do Collor.

Os eleitos, nos seis últimos pleitos presidenciais, só o foram porque conseguiram transmitir para a população o compromisso com as aspirações simbolizadas pelo eixo da

campanha.

Collor, por exemplo, desenvolveu uma campanha contra os chamados “marajás”, que representavam o desperdício, a corrupção e a incompetência, além de ter prometido melhorias sociais. No governo, não cumpriu nenhum dos dois eixos e foi afastado.

Já FHC foi coerente com os eixos de suas campanhas, focando na estabilidade econômica na primeira e, na segunda, no medo de que sem ele a estabilidade corresse risco.

Mas, no governo, foi coerente apenas no primeiro mandato, tendo mexido no câmbio, um dos pilares da política econômica, logo após a segunda posse, fato que afetou seu apoio popular e levou à derrota de seu candidato à sucessão.

Lula foi eleito e reeleito com discurso focado nos eixos das duas eleições: geração de emprego e combate à pobreza, na primeira, e prosperidade econômica e ascensão ou mobilidade social, na segunda.

No governo, manteve-se coerente com os eixos, fato que lhe assegurou a sua reeleição em 2006 e a eleição de sua candidata, Dilma Rousseff, em 2010.

A presidente Dilma teve como eixo de campanha a consolidação das conquistas sociais e tem sido coerente com

elas, ainda que tenha problema na relação política com os agentes sociais, econômicos e políticos. Atualmente, faltando onze meses para a eleição, tem aprovação de 54%.

A terceira conclusão se refere ao ambiente político, ou seja, ao sentimento da população em relação à continuidade ou mudança das políticas e práticas governamentais.

Sempre que as circunstâncias exigiam mudança, o presidente da República não elegia seu sucessor do mesmo modo que nos momentos em que a conjuntura era favorável à continuidade, os presidentes eram reeleitos ou elegiam seus sucessores.

Para os candidatos do PSDB, no período pós-FHC, as circunstâncias sempre foram desfavoráveis. No caso de José Serra, quando ele foi o candidato da continuidade, em 2002, o ambiente era de mudança. Em 2010, quando se apresentou como o candidato da mudança, o ambiente foi de continuidade. Alckmin, em 2006, também foi o candidato da mudança num ambiente de continuidade.

A julgar pelos exemplos anteriores, são grandes as chances de reeleição da presidente Dilma, por que: 1) o ambiente político é de continuidade, embora com mudança de estilo e método; 2) seu eixo de campanha continua apontando para a consolidação dos programas sociais e a prosperidade das famílias, das empresas e do País, 3) terá, de novo, Lula, como principal cabo eleitoral; e 4) concorre no exercício do cargo.

A reeleição, entretanto, não é certa. Depende de uma série de fatores, entre os quais o desempenho da economia, a capacidade de seus adversários de convencimento dos eleitores e, principalmente, da popularidade da Presidente no período da eleição. Esperemos.

(*) *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap e autor dos livros “Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis” e “Por dentro do governo - como funciona a máquina pública”.*

(Publicado no Jornal do Diap de 01/nov/ 2013)

Ano da eleição/ Presidente da República/popularidade	Eixos de campanha	Circunstância/ambiente	Principais candidatos e percentual de votos válidos
1989 – José Sarney – abaixo de 20% de aprovação	Renovação ética e inclusão social	De mudança	Collor e Lula – Collor foi eleito no 2º turno com 53,02% dos votos.
1994 – Itamar Franco – 55% de aprovação popular	Estabilidade econômica - Plano Real	De continuidade – FHC foi ministro da Fazenda de Itamar	FHC e Lula – FHC foi eleito no 1º turno com 54,2% dos votos.
1998 – Fernando Henrique Cardoso – 58% de aprovação	Estabilidade econômica – medo do fim do Plano Real	De continuidade	FHC e Lula – FHC foi reeleito no 1º turno com 53,06%
2002 – Fernando Henrique Cardoso – 35% de aprovação	Geração de emprego e combate à pobreza	De mudança	Lula e Serra – Lula foi eleito no 2º turno com 61,2% dos votos
2006 – Lula – 63% de aprovação	Prosperidade econômica e ascensão social	De continuidade, com mudança de método gerencial	Lula e Alckmin – Lula foi reeleito no 2º turno com 60,8% dos votos
2010 – Lula – 85% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade	Dilma e Serra – Dilma foi eleita em 2º turno com 56,05% dos votos
2014 – Dilma 54% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade com mudança de estilo e método.	Dilma, Aécio ou Eduardo?

Opinião

Crise sacrifica os pobres e aumenta a concentração da renda Umberto Martins* (Portal CTB)

Vivemos ainda sob o signo de uma das maiores crises da história do capitalismo, equiparável à Grande Depressão iniciada em 1929 nos Estados Unidos. A atual também começou nos EUA, no final de 2007, logo contagiou o resto do mundo e teve forte impacto na Europa

A classe trabalhadora é, de longe, a sua principal vítima. Em contraste, os mais ricos, os bilionários, embora responsáveis pelos notórios desequilíbrios da economia internacional, estão se dando bem, graças ao aumento do grau de exploração do trabalho e aos generosos pacotes de socorro concedidos pelos governos capitalistas, que reservam aos pobres o ônus do arrocho fiscal, do desemprego

em massa, da redução de salários e direitos. Trilhões de dólares e euros foram destinados aos banqueiros e grandes empresários pelos dirigentes dos países mais ricos.

Trabalhador espoliado

Os cem maiores bilionários do mundo ampliaram suas fortunas em US\$ 200 bilhões em 2013, segundo levantamento realizado pela Bloomberg. A lista é composta de capitalistas que exploram diferentes setores e ramos da produção como supermercados, petroleiras, indústrias de cimento, marcas de luxo, entre outros.

É sempre bom lembrar que o lucro do capital, conforme nos ensinou Karl Marx, provém da mais-valia ou do trabalho não pago da classe trabalhadora, de forma que a contrapartida necessária ao extraordinário crescimento da riqueza do privilegiado e reduzido grupo de grandes bilionários,

em época de crise e baixo crescimento do PIB, é a espoliação crescente do trabalho.

Ofensiva capitalista

A crise vem sendo usada pelos grandes capitalistas como um pretexto para retirar direitos e reduzir a participação da classe trabalhadora na renda que eles próprios produzem e da qual acabam sendo alienados em função da forma com que o capital organiza e dirige o processo de produção e distribuição das mercadorias.

Na Europa, transformada desde 2011 no epicentro da crise, a troika (FMI, BCE e UE) impõe uma política que reduz salários, corta benefícios, precariza os serviços públicos, dificulta o acesso e diminui o valor das aposentadorias, privatiza e desmantela o chamado Estado de Bem-Estar Social. Também no Brasil, em que pesem as diferenças políticas, é

notória a pressão por mais cortes nos gastos públicos, fim da política de valorização do salário mínimo e precarização das relações trabalhistas, como sugere o forte lobby patronal pela aprovação do PL 4.330, que escancara a terceirização.

Concentração da renda

O resultado desta reprodução ampliada (e perversa) do capital em posse dos mais afortunados é maior concentração de renda na sociedade, o que por sua vez funciona como um alimento para a crise, uma vez que deprime o consumo e a demanda das massas, provocando estagnação do comércio e queda da produção.

Os cem mais afortunados pesquisados pela Bloomberg acumularam um patrimônio que soma R\$ 2,1 trilhões, o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em um ano. Zuckerberg, cofundador do Facebook (que se trans-

formou num canal da rede de espionagem global montada pelo governo Obama), foi o que mais ganhou no ano, tendo dobrado sua fortuna para US\$ 24,5 bilhões de janeiro a setembro.

Outro bilionário felizado é Bill Gates, que teve o patrimônio líquido ampliado em R\$ 10,2 bilhões para US\$ 72,9 bilhões e hoje é o segundo homem mais rico do mundo. Mas nem todos os ricos se deram bem ao longo deste ano. O empresário Eike Batista, que já foi o mais rico do Brasil e estava em 28º lugar no ranking das cem fortunas em 2012, perdeu quase todo seu capital, não faz parte mais da lista do Bloomberg e amarga a implosão de suas empresas de commodities.

(*) Jornalista e assessor da Presidência da CTB
(Publicado no Jornal do Diap de 07/nov/2013)

Voto alienado será recorde em 2014

Jorge Ramos Mizael*

Desde as eleições presidenciais de 1989, cerca de 30% do eleitorado brasileiro têm, intencionalmente ou não, exercido o voto alienado. Sendo assim, a conquista deste voto mostra-se decisiva para conquista do Palácio do Planalto em 2014

A rejeição a partidos políticos e a deflagração insatisfação com a conjuntura nacional apontam para um cenário de elevada abstenção e altos índices de votos brancos e nulos na próxima eleição. A soma dos itens citados é conhecida, na ciência política, como Índice de Alienação Eleitoral (IAE).

O índice tem intimidado os detentores de mandatos eletivos, que, via de regra, não se mostrou suficientemente atrativa ao eleitorado médio. Em 2010, o número ultrapassou 34 milhões, no primeiro turno. Ou seja, o IAE só perdeu para a primeira colocada na ocasião, Dilma Rousseff, com 47 milhões. Já no segundo turno, a somatória de abstenção, votos nulos e brancos resultou em pouco mais de 36 milhões, enquanto a presidente eleita ficou com 55 milhões e José Serra, segundo colocado, ficou com 43 milhões.

Desde as eleições presidenciais de 1989, cerca de 30% do eleitorado brasileiro têm, intencionalmente ou não, exercido o voto

alienado. Sendo assim, a conquista deste voto mostra-se decisiva para conquista do Palácio do Planalto em 2014.

Porém, atrair tal eleitorado não será tarefa fácil e questões como o reflexo das recentes passeatas nas urnas; a sempre criticada infidelidade partidária dos candidatos; a ausência de renovação e oxigenação da representação; a proliferação de partidos fisiológicos sem identificação ideológica além da falta de sincronismo entre candidatos e eleitores devem incentivar o voto alienado.

Por outra parte, a eleição para o Congresso Nacional também deve sofrer uma ampla renovação dos quadros, fato que não é necessariamente bom.

O Legislativo, de maneira geral, não respondeu satisfatoriamente às expectativas dos eleitores. Além disso, a falta de decisão sobre o voto aberto no Parlamento e a não cassação do deputado Donadon, entre outros pontos, aumentaram a insatisfação que certamente será refletida nas urnas.

Em face do exposto, o cenário apresentado aponta para uma grande dificuldade de os políticos conseguirem conquistar os eleitores a ponto de conferir-lhes os votos necessários para sua eleição.

(*) Cientista Político e assessor legislativo da Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical.

(Publicado no Jornal do Diap de 08/out/2013)

Boletim nuclave nº 102

Negociar, o desafio nosso de cada dia! José Antonio Kairalla Caraccio (*)

Há anos venho me aprofundando, praticando e estudando este tema que faz parte do meu, e tenho certeza, do seu dia a dia. Encontramos frequentemente situações desafiadoras que, se mal trabalhadas, podem trazer impactos negativos, entre eles a perda de uma grande oportunidade, ceder mais do que se deve em uma negociação, não saber administrar conflitos por falta de maturidade, autoconfiança, preparo etc. Corremos o risco de perder clientes, não avaliar corretamente o seu potencial de compra, ter dificuldades em conquistar novos clientes e sermos pouco competitivos e eficazes em nossas ações acumulando prejuízos.

Partindo-se da premissa que pretendemos negociar com nosso interlocutor mais de uma vez, vamos considerar a importância do comprometimento mútuo para que se possa caminhar para a consolidação da parceria.

Nosso processo conclui-se no pós-venda, que significa que tudo o que foi acordado

entre as partes foi cumprido de forma satisfatória, o que abre um caminho para outras negociações, fortalecendo um ciclo.

Como ingredientes essenciais, devemos acrescentar motivação, relacionamento interpessoal positivo, confiabilidade e criatividade.

Você provavelmente não terá uma segunda oportunidade de causar uma boa impressão. É importante que esta chance não se perca.

Recomendamos sempre uma aproximação amigável onde o oponente não deve ser visto como adversário, mas como parceiro em busca de uma solução. Não se permita discutir a partir de posições vencedor e perdedor, mas a partir do interesse de chegar a benefícios comuns.

Seja racional e lógico e tenha firme controle sobre as emoções. Prepare-se bem para este momento, use a inteligência emocional e jamais perca o foco e a concentração. Devemos nos preocupar com nossa preparação pessoal, com nossos Conhecimentos de Produtos, dos Serviços, dos Con-

correntes, dos Negociadores e dos Clientes. Esta preparação deve ser feita através de questionamentos, que farão parte do nosso planejamento.

“Um gênio é 1% de inspiração e 99% de perspiração.” (Thomas Édson).

Concluimos que quanto mais investigativos formos, mais iremos conquistar sua credibilidade e mais eficazes seremos em nossos anseios, objetivos e no atingimento e superação das expectativas propostas para a negociação.

Uma das dificuldades para realizar uma boa negociação está possivelmente na falta de flexibilidade de uma das partes, quando associadas a comportamento. Precisamos conhecer as diferentes formas de negociar de cada um. Para tanto, devemos analisar também as principais diferenças de comportamento entre homens e mulheres neste processo, de estilos regionais, a cultura de acordo com a nacionalidade do negociador e ampliando este conceito diferenças culturais associadas a ori-

gens e porte das organizações.

Em **nossa família** negociamos constantemente ideias, prioridades, caminhos alternativos, valores, limites etc., entre pais e filhos, irmãos, tios, sobrinhos, primos e outros parentes próximos ou distantes. Ampliando um pouco mais essa negociação de ideias vamos encontrar nossos amigos, colegas de trabalho e colaboradores.

No **mundo corporativo** nossos clientes estão cada vez mais exigentes e a concorrência cada vez mais acirrada.

Neste cenário os profissionais têm à sua frente, desafios que podem definir consideravelmente os resultados projetados pela empresa.

Nestes ambientes desafiadores a negociação contém forte e consistente conteúdo de argumentação, se destaca como uma habilidade essencial a ser desenvolvida, praticada e reciclada permanentemente.

Nesta trilha iremos encontrar dificuldades, facilidades, atalhos, bifurcações, mas com



Educador Antonio Kairalla Caraccio

persistência, objetividade, credibilidade, garra, paciência, estratégia, foco, flexibilidade e com boa vontade atingiremos o nosso alvo.

Desejo boa sorte a todos nas próximas negociações.

() Prof. Kairalla é educador e consultor com mais de 400 projetos desenvolvidos e troca de experiências com cerca de 30 mil profissionais. Os assuntos deste artigo serão apresentados e vivenciados em dinâmicas no treinamento de “Técnicas de Negociação”, em parceria e nas dependências do Nuclave, no início de 2014. Maiores informações podem ser obtidas pelo e-mail kairalla@kairallatreinamento.com.br ou pelo site www.kairallatreinamento.com.br*

Prepare-se para vender sonhos

As pessoas não compram produtos. Compram a possibilidade de realizar sonhos

Quando uma mulher adquire um batom, ela está comprando o sonho da beleza, a possibilidade da sedução e do beijo inesquecível. Se você deseja fazer MBA ou um curso de especialização, não quer apenas o conteúdo do programa, e sim o sonho do saber.

Quem compra cremes para a pele está atrás do sonho da eterna juventude, assim como a apólice de seguros remete ao sonho da segurança.

É importante desenvolver essa sintonia entre o que você vende e o que o seu cliente compra. Do descompasso nascem as frustrações, as reclamações, a inadimplência, a infidelidade.

Cada vez mais, os clientes compram o simbólico e o in-

tangível: segurança, credibilidade, personalização, transparência, flexibilidade. Daí a importância do seu trabalho. O que você faz transcende o produto e o serviço, que, em vários negócios, estão cada vez mais parecidos. O fator decisivo para o sucesso pode estar na qualidade do atendimento e do relacionamento proporcionado ao cliente.

Uma conhecida palestrante contou que precisava com-

prar um novo laptop para suas apresentações. Entrou em oito lojas para comparar os diversos modelos. Em apenas uma o vendedor perguntou qual era a principal finalidade do uso do equipamento. Ele indicou um modelo e enumerou os benefícios que ela poderia obter: como aquele aparelho iria contribuir para suas palestras com slides de melhor definição, maior velocidade, efeitos especiais etc. Ela sentiu firme-

za, confiou nele e comprou o produto.

Ao atender um potencial cliente ou se relacionar com ele, procure identificar o verdadeiro sonho que o cliente deseja realizar. Entenda uma lição difícil de aprender: o que mais fideliza um cliente é aquilo que ele não pega nem vê, mas... sente!

Prepare-se para vender sonhos!

(Fonte: Livro Superdicas para Conquistar seu Cliente)

Boletim nuclave nº 102



Nuclave dispõe de espaços para clientes empresariais

O Nuclave oferece às empresas instalações modernas e completamente equipadas e climatizadas para reuniões, treinamentos, seminários ou palestras.

Na sede, dispõe de um auditório para 95 pessoas, um miniauditório para 36 pessoas, salas de dinâmica para 20 ou 16 pessoas, serviço de coffee-break.

A utilização é feita por período (das 8h às 17h30 ou das 18h às 22 horas).

Seminários, reuniões de planejamento, revisões, treinamento etc. poderão ser desenvolvidos com a necessária privacidade em nossa Colônia de Férias. Localizada na Vila Mirim, em aprazível região da Praia Grande, numa área de 12 mil metros quadrados. Se a empresa precisar da utilização de mais de um - ou de vários dias -, a Colônia dispõe de ampla e completa estrutura, e, além do

mais, ela fica a aproximadamente 800 metros da praia.

A Colônia oferece:

- Confortáveis acomodações para 4 e 8 hóspedes, num total de 120 apartamentos (que incluem suítes para ocasiões especiais como casamentos e bodas);
- Infraestrutura de hospedagem de primeira linha, com moderno restaurante, salão de festas e salão social;

- Alimentação controlada por nutricionista com especialização no preparo de refeições segundo a idade;
- Quadras cobertas para jogos de salão (ginásio poliesportivo) e pista de bocha com dimensões profissionais;
- Piscina estrategicamente concebida para permitir ocupação em tempo integral, o que possibilita intensa programação esportiva;

- Estacionamento próprio, terraço em mezanino, parque aquático;
- Dotada de poço artesiano e gerador próprio, a Colônia tem plena autonomia de água e luz.

O SindVend coloca à disposição das empresas uma série de serviços que, de uma forma ou outra, poderão contribuir para o aprimoramento profissional de suas equipes.



NUCLAVE

Para toda e qualquer informação sobre nosso Departamento, telefone para (11) 3116-3750

Atendimento em nossa sede: Rua Santo Amaro, 255 – 3º andar – Bela Vista (Metrô Anhangabaú) – CEP 01315-903 – São Paulo – SP.

Visite nossa homepage: www.sindvend.com.br

Você e a Previdência

Auxílio-doença Marilena dos Santos Seabra

Sabe-se que o auxílio-doença é um benefício do Regime Geral de Previdência Social que visa garantir uma renda para o segurado que necessitar se afastar do trabalho para tratamento de doença com duração temporária de mais de 15 dias.

É também, atualmente, um dos benefícios mais controversos administrados pelo INSS. Diversos são os motivos para as

discussões a respeito dos auxílios-doença. Em especial ressaltamos o longo tempo entre os pedidos do benefício e as realizações das perícias médicas no INSS e a durabilidade prolongada dos benefícios tendo em vista a inexistência de prazo máximo para sua transformação em aposentadoria por invalidez.

Outro problema que se obser-

va com frequência é a necessidade de realização periódica de perícias médicas nos casos de auxílios-doença que precisam ser renovados além do prazo de cessação previsto na alta programada.

Nesses casos, uma realidade estrutural acabava por causar grave prejuízo aos segurados, posto que a data da nova perícia em caso de pedido de prorroga-

ção do benefício normalmente ultrapassa o prazo previsto para o fim do benefício.

O INSS entendia que o segurado deveria ficar sem receber o benefício até que tal perícia pudesse ser realizada, independente do tempo de espera.

Sem dúvida, o segurado tem o direito à extensão do benefício nesse caso, posto que a demo-

ra para a realização da nova perícia se dá por impossibilidade administrativa do INSS e, portanto, não há que se admitir prejuízo do beneficiário.

Para fazer jus ao benefício, tem que ser comprovado, através de atestado médico, a incapacidade laborativa em exame realizado pela perícia médica da Previdência Social.

Expectativa de vida do brasileiro sobe para 74,6 anos

A expectativa de vida ao nascer no Brasil chegou a 74,6 anos em 2012, segundo dados divulgados dia 2 de dezembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil de 2012, entre 2011 e 2012, os brasileiros tiveram ganho de cinco meses e 12 dias na expectativa de vida ao nascer. O número passou de 74,1 anos em 2011 para 74,6 anos no ano seguinte.

As mulheres tiveram maior ganho: seis meses e 25 dias, chegando a 78,3 anos em 2012. Já a expectativa entre os homens subiu quatro meses e 10 dias, alcançando 71 anos.

Em uma análise retrospectiva, os dados mostram que na comparação com 1980, a população brasileira teve ganho médio de 12,1 anos já que, à época, a esperança de vida era 62,5. Duas décadas depois, em 2000, os números mostram ganho de

quatro anos e dois meses. Segundo o pesquisador do IBGE Fernando Albuquerque a tendência é que a expectativa de vida continue a crescer.

“Os índices de mortalidade da população brasileira ainda são distantes de países mais desenvolvidos. Por isso, ainda vamos continuar aumentando a expectativa de vida. O Brasil ainda tem ‘gordura’ para queimar em termos de mortalidade. Além disso, a expectativa é que,

com programas governamentais e não governamentais de melhoria do saneamento, transferência de renda e acesso a medicamentos, a mortalidade continue a cair”, disse.

A variação da expectativa de vida muda conforme a faixa etária do brasileiro. Para um brasileiro de 40 anos, por exemplo, a

estimativa é que ele viva até os 78,3 anos. Para pessoas acima de 80 anos, a expectativa é que elas vivam nove anos e um mês a mais. A tábua completa com dados da mortalidade no Brasil foi publicada no Diário Oficial de 02/dez/2013.

Agência Brasil

Lei que reduz tempo de contribuição para deficientes é regulamentada

Contribuintes já podem se valer dos direitos assegurados pela Lei Complementar aprovada pela Câmara e Senado que garante redução do tempo de contribuição para a Previdência Social em até dez anos

Começou a valer, dia 3 de dezembro, a Lei Complementar 142/13, que garante a redução em até dez anos no tempo de contribuição para aposentadoria dos segurados com deficiência. O decreto que regulamenta a lei foi assinado no Dia Mundial da Pessoa com Deficiência, pela presidente Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto que contou com a presença dos presidentes da Câmara e do Senado, além de parlamentares, ministros e pessoas com deficiência.

O texto indica o que são deficiências leve, moderada e grave para concessão do benefício antes do tempo regular, hoje de 35 anos de contribui-

ção para os homens e 30 para a mulher. A lei que permite a aposentadoria especial para pessoa com deficiência foi sancionada em maio a partir de texto votado na Câmara e no Senado.

O projeto que deu origem à norma é de autoria do ex-deputado mineiro Leonardo Mattos.

O texto garante também a aposentadoria aos 60 anos de idade se homem e 55 anos se mulher, independentemente do grau de deficiência desde que cumpridos 15 anos de contribuição e comprovada a deficiência. Para se aposentar o segurado com deficiência deve passar por três etapas de análise: administrativa, pericial e social.



O benefício pode ser solicitado pelo número 135. Hoje são mais de 46 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Na cerimônia de assinatura do decreto a presidente Dilma Rousseff destacou que a deficiência não é doença, mas que deve ser respeitada e que devem ser garantidos direitos previdenciários diferenciados tendo em vista a condição especial dessas pessoas no mercado de trabalho. A presidente disse que o decreto, além de analisar os graus de deficiência, também vai considerar, para a concessão do benefício, as condições de trabalho delas e também as condições de acesso de casa ao trabalho.

Agência Câmara de Notícias

Marilena dos Santos Seabra atende em nossa sede às terças-feiras, durante todo o expediente, e às quartas-feiras apenas no período da manhã.

**Telefone:
(11) 3116-3750.**

Futuro da pensão por morte

Lembremos que esse benefício surgiu no mundo quando as mulheres quase não trabalhavam fora e o homem era o único mantenedor da família

Há um tema que será debatido nos próximos meses: as transformações na pensão por morte, vez que estão sendo propostas alterações profundas, que reclamarão muita sensibilidade do elaborador da norma. E, à evidência, depois de amplo debate político, técnico e jurídico junto da sociedade.

O pensionista que se casar ou se unir perderá o direito à pensão por morte. Por presunção, esse indivíduo teria a subsistência garantida na nova união.

Falecendo o marido ou companheiro de mulher que auferia rendas, salários, ou seja aposentada, não subsistiria o direito à pensão por morte ou a renda mensal inicial será proporcionalmente diminuída. Desapareceria a presunção da dependência econômica. Neste caso, igual valeria para os segurados do sexo masculino.

Casamento de idosos com jovens – Não se podendo impedir a verdadeira união de quem quer que seja, a lei estabeleceria uma diferença de idade entre os idosos e as suas esposas para que, após o falecimento desses segurados, as mulheres

façam jus ao benefício (presumidamente por 30 anos).

Em princípio, seriam considerados idosos os segurados com mais de 65 anos e somente as mulheres com 45 anos ou mais teriam direito à pensão por morte.

Mudanças dessa natureza não podem ser empreendidas de afogadilho porque as mulheres que vivem mais são as autossuficientes e não hipossuficientes.

Por outro lado a pensão por morte não é apenas uma fonte de subsistência da família que perdeu o membro provedor, mas uma forma social de compensação de uma família que não mais tem o pai, esse provedor e que em muitos casos se desarticula.

Os principais dispositivos que seriam submetidos ao Congresso Nacional, mediante uma lei ordinária, são os seguintes:

- período de carência
- presunção de dependência
- casamento de doentes
- adoção de menores
- novo casamento
- acumulação com aposentadoria

Evidentemente os atuais benefícios em manutenção não seriam afetados em respeito ao direito adquirido.

A nova regra valeria somente para os dependentes de segurados falecidos, após a data em que a norma adquirir eficácia.

Marilena dos Santos Seabra

Você e a Previdência

Donas de casa contribuem à Previdência para se aposentar aos 60 anos

Todos os meses, a dona de casa Elenilda Roseno Nascimento tem uma preocupação a mais além dos cuidados domésticos e dos filhos. Ela, que também trabalha como diarista, não deixa de pagar o carnê da Previdência Social para ter condições de se aposentar. “Eu pago, às vezes vai meu marido, outras vezes vai a minha filha. Não pode é deixar de pagar nunca, de jeito nenhum, porque a gente não sabe o dia de amanhã”, ressaltou Elenilda.

Assim como ela, outros 881,2 mil segurados facultativos, ou seja, trabalhadores autônomos ou donas de casa, que não são obrigados a contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), optaram pela previdência pública para garantir a aposentadoria aos 60 anos, no caso das mulheres, e 65 anos para os homens.

Para o diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social, Rogério Nagamine, a possibilidade de as donas de casa contribuírem para a Previdência, além de uma segurança para o futuro, é uma forma de valorizar a atividade.

“O objetivo principal da Previdência Social em estimular as donas de casa a contribuírem se dá, principalmente, para reconhecer essa atividade como trabalho e, também, garantir maior proteção social para elas. Eventualmente, elas poderiam ao chegar à idade de 65 anos ter direito ao benefício da prestação continuada. Mas, a partir do momento em que ela passa a contribuir para a Previdência, além da garantia de um salário mínimo a partir dos 60 anos, e não aos 65 anos, ela tem a proteção previdenciária, por exemplo, o direito ao salário-maternidade”, argumentou Nagamine à Agência Brasil.

Hoje, aos 40 anos, Elenilda Roseno conta que começou a contribuir à Previdência quando trabalhou como empregada doméstica. Depois de deixar o trabalho continuou a pagar o INSS. “Continuei pagando por segurança”, disse. As donas de casa têm três opções para contribuírem como seguradas facultativas, sendo que uma delas é exclusiva para as donas de casa de baixa renda.

Como segurada facultativa,

a dona de casa poderá contribuir com percentuais de 11% a 20% da sua renda ou de um valor de benefício que deseje, de um salário mínimo até o teto da Previdência, hoje em R\$ 4.159. Neste caso, ela poderá aposentar-se por tempo de contribuição quando completar 30 anos de contribuição. Também poderá aposentar-se por idade ao completar 60 anos, desde que tenha, no mínimo, 180 contribuições.

Já pelo Plano Simplificado, a contribuição é 11% sobre o valor do salário mínimo, atualmente em R\$ 678. Nesta modalidade a dona de casa poderá se aposentar apenas por idade, ou seja, ao completar 60 anos.

“A vantagem do Plano Simplificado é ter uma contribuição mais baixa, de 11% do salário mínimo. A dona de casa terá um benefício limitado ao salário mínimo, mas terá uma proteção previdenciária. A alíquota de 20%, certamente, é mais pesada para uma pessoa com renda menor”, comparou Nagamine.

A terceira opção vale para as donas de casa de baixa ren-



da, que estão inscritas no Cadastro Único e têm renda familiar de até dois salários mínimos. “Elas têm opção de contribuir com o percentual de 5% do salário mínimo e só podem se aposentar por idade, recebendo um salário mínimo”, explicou Nagamine.

Contribuindo para a Previdência Social, disse Nagamine, as donas de casa passam a ter direitos semelhantes aos de um segurado normal, com exceção dos benefícios relacionados aos acidentes de trabalho. “Elas têm praticamente todos

os direitos, como o direito ao salário-maternidade, aposentadoria por idade e pensão”, observou.

As donas de casa que desejarem contribuir para a Previdência podem fazer a inscrição em qualquer agência da Previdência, por meio da central de atendimento, no telefone 135, e também pelo endereço www.previdencia.gov.br. Aquelas que em algum momento já contribuíram, não precisarão fazer nova inscrição.

Agência Brasil

Chegou a 27% total de idosos brasileiros no mercado de trabalho em 2012

Cerca de 27% dos idosos brasileiros trabalhavam em 2012. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais 2013 divulgado dia 29 de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O tempo médio semanal dedicado ao trabalho foi 34,7 horas. O IBGE considera idoso pessoas com 60 anos ou mais de idade.

O jornalista aposentado Luis Artur Toribio, 63 anos, recebe benefício da previdência social há dois anos, mas continua trabalhando como freelancer para empresas de publicidade do Rio de Janeiro. Ele está entre os 15,3% dos idosos identificados na pesquisa que trabalham e são aposentados.

“Continuo trabalhando, porque o que recebo da minha aposentadoria só cobre o aluguel, despesas de condomínio, luz, água, essas despesas

de casa e o custo de vida aqui [Rio de Janeiro] é muito caro. Então trabalho para manter o padrão de vida que tinha antes de me aposentar”, explicou, ao declarar que pretende trabalhar durante muito tempo ainda. “Porque preciso e também porque gosto muito do que faço”.

A grande maioria (76,3%) dos idosos recebia benefício da previdência social. A principal fonte do rendimento de idosos de 60 anos ou mais de idade foi aposentadoria ou pensão (66,2%) sendo que, para o grupo de 65 anos ou mais de idade, a participação desta fonte de rendimento é 74,7%. Cerca de 23,7% dos idosos não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão.

Ainda segundo o estudo, 15% das pessoas com 65 anos ou mais de idade não recebiam apo-



sentadoria ou pensão e 19,4% estavam ocupados, sendo que do total 29,6% eram homens (29,6%) e 11,6%, mulheres.

A participação relativa do idoso era 12,6% da população total no ano passado. A maioria do grupo era feminina

(55,7%) e branca (54,5%) e vivia em áreas urbanas (84,3%). A média do grupo era 4,6 anos de estudo.

O IBGE informou também que a maioria dos idosos (64,2%) era a pessoa de referência no domicílio e 47,8% ti-

nham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo. Cerca de 43,5% residiam em domicílios com rendimento mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo.

Agência Brasil

Enologia

Üdwe Semillon 2011 Daniel Pinto*



Patagônia Argentina – Trata-se da mais austral das regiões vinícolas da Argentina, 39° latitude sul, praticamente no limite do praticável em relação à vitivinicultura. Na realidade, essa atividade é secundária na região, bastante dedicada ao cultivo de hortaliças e fruticultura geral. A atividade aí busca somente as zonas mais baixas, mais próximas do nível do mar para compensar a temperatura que mesmo assim gira em média, em torno dos 15°C. Em compensação o clima é seco, com chuvas escassas e alto índice de insolação. A vocação dessa região está voltada para a produção de tintos e brancos a partir de castas com alto teor de acidez, principalmente às custas do ácido málico. As uvas mais comumente cultivadas entre as brancas são: Semillon, Chenin Blanc, Sauvignon Blanc, Chardonnay etc. Com relação às tintas sobressai-se a Pinot

Noir considerando aí o re-
duto mais visível em termos de qualidade para essa cepa, bastando citar como exemplo os fenomenais Chacra 32 e Chacra 55 da Bodega Chacra de Fulano de Tal, descendente direto do autor do primeiro Supertoscano (...) da famosa região italiana. Mas a região também reserva espaço para outras tintas como Malbec, Merlot, Cabernet Sauvignon como coadjuvantes do elenco vitícola. Uma atividade muito explorada pelas vinícolas da região é o enoturismo, contando com boa infraestrutura para visita às “bodegas” e chácaras, com boas estâncias para acomodação dos visitantes. O solo é jovem, aluvial e arenoso contando com também com a presença de pedras graúdas, favorecendo grandemente a drenagem. O quadro geográfico é complementado pela presença de rios caudalosos como o Negro, Colorado,

Limay e Neuquén. Daí tem origem a famosa linha de Vinhos Infinitus e, também, o Canale Intimum (Vinícola Humberto Canale). A Vinícola Noemía do famoso Malbec Noemía também se faz presente nessa região. Compõem o quadro de produtores vinícolas mais recentes como Família Schröder em Neuquén, Vinícola Del Fin del Mundo, entre outras, incluindo uma não muito conhecida na foz do Rio Negro chamada Vinícola Oceano a 30 quilômetros do mar que produz excelente Sauvignon Blanc e um especial Malbec de riquíssimos sabores. Mais recentemente a região abre caminho para uma bodega que com certeza vai alcançar posição de destaque pelas mãos de seu proprietário e enólogo, Bodega Los Miras de Marcelo Miras.

Marcelo Miras e a Uva Semillon – Nos anos 1990, como enólogo chefe da Viní-

cola Humberto Canale, Miras já se encantava com a casta Semillon tendo produzido um impressionante exemplar que já na ocasião impressionava os críticos de vinho com o clássico comportamento da cepa com suas delicadas notas de mel e intensa mineralidade, além da fina textura. Com o passar do tempo a qualidade do vinho se repetiria convincentemente na produção das safras que se seguiram destacadamente o de 2010. Importante notar que esses vinhos provinham de vinhedo antigo de 1937. O trabalho de Marcelo Miras passa por um período de sucesso na Bodega Del Fin del Mundo e, mais recentemente, já na vinícola própria Los Miras, conduz com maestria entusiasmante o projeto que cria o Üdwe Semillon com cepas oriundas de vinhedo plantado em 1963 na Zona do Valle Azul.

Üdwe Semillon 2011 – Trata-se de um clássico que decerto irá encantar o enófilo mais exigente mostrando a força da Semillon como protagonista de vinho branco feito para a guarda e com certeza um digno exemplar que se beneficiará com decantação antes do consumo. Será com certeza um grande representante do caráter e identidade da Patagônia. Seu teor alcoólico alcança 14%.

Análise visual – Apresenta brilhante dourado e fina transparência.

Análise olfativa – Aromas intensos e radiantes com tendência para um cítrico exótico não bem definido. Toques de mel e própolis evoluindo para notas medicinais. A mineralidade está presente com vigor



ajudando a compor a complexidade olfativa.

Análise gustativa – Exibe grande volume de boca, moldado por agradável textura untuosa e marcante acidez com a presença também aqui do mel de abelha. Final médio para longo deixando um rastro complexo e virtuoso.

Avaliação: 90/100

Preço: R\$ 49,00 (Notável representante da relação preço/qualidade).

**Importadora:
La Charbonnade**

**Encontrado à venda
no Empório Mercantil –
Rua dos Pinheiros, 1156
– Fone: 3034-487**

Saúde!

*Daniel Pinto
(danipin@uol.com.br)*

*Daniel Pinto é médico,
professor de Enologia da
Universidade Anhembi
Morumbi, ex-presidente
da ABAV
e autor do livro
“Manual Didático do Vinho
– Iniciação à Enologia”,
pertencente ao catálogo da
Editora Anhembi Morumbi.*

A história do lápis

O menino olhava a avó escrevendo uma carta. A certa altura, perguntou:

- Você está escrevendo uma história que aconteceu conosco? E, por acaso, é uma história sobre mim?

A avó parou a carta, sorriu, e comentou com o neto:

- Estou escrevendo sobre você, é verdade. Entretanto, mais importante do que

as palavras, é o lápis que estou usando. Gostaria que você fosse como ele, quando crescesse.

O menino olhou para o lápis, intrigado, e não viu nada de especial.

- Mas ele é igual a todos os lápis que vi em minha vida!

- Tudo depende do modo como você olha as coisas. Há cinco qualidades nele que, se você conseguir mantê-las, será sempre uma pessoa em paz com o mundo:

Primeira qualidade:

Você pode fazer grandes coisas, mas não deve esquecer nunca que existe uma Mão que guia seus passos. Esta mão nós chamamos de Deus, e Ele deve sempre conduzi-lo em direção à Sua vontade.

Segunda qualidade:

De vez em quando eu preciso parar o que estou escrevendo, e usar o apontador. Isso faz com que o lápis sofra um pouco, mas no final, ele

está mais afiado. Portanto, saiba suportar algumas dores, porque elas o farão ser uma pessoa melhor.

Terceira qualidade:

O lápis sempre permite que usemos uma borracha para apagar aquilo que estava errado. Entenda que corrigir uma coisa que fizemos não é, necessariamente algo mau, mas algo importante para nos manter no caminho da justiça.

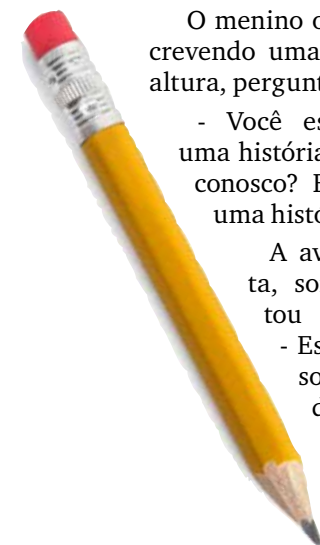
Quarta qualidade:

O que realmente importa no lápis não é a madeira ou sua forma exterior, mas o grafite que está dentro. Portanto, sempre cuide daquilo que acontece dentro de você.

Finalmente, a quinta qualidade do lápis: ele sempre deixa uma marca.

Da mesma maneira, saiba que tudo que você fizer na vida, irá deixar traços, e procure ser consciente de cada ação.

(Autor desconhecido)



Língua Portuguesa

Escrever bem não é luxo Milton Claro*

Um texto corretamente escrito transmite com mais exatidão aquilo que você quer dizer. Evita mal-entendidos, evita perda de tempo e, muitas vezes, evita sérios prejuízos. Cuide bem do que escreve

1. A inauguração já era esperada há um mês. Ou seria **A inauguração já era esperada a um mês?** Há ou **a?** Existem dúvidas gramaticais facilmente explicáveis – esta não é uma delas... Vamos lá. A frase acima está correta, porque o verbo haver (há) sinaliza aqui um tempo passado. Compare com **Estamos a um mês da inauguração**. Poderia ser **Estamos há um mês da inauguração?** Não. Aqui, a preposição **a** sinaliza futuro. A diferença pode parecer sutil, mas uma regra prática ajuda bastante: se o **há/a** puder ser substituído pelo verbo **fazer**, use **há**: **A inauguração já era esperada fazia um mês** – ou **há um mês**. Veja que não teria sentido dizer **Estamos faz um mês da inauguração**, portanto o certo será **Estamos a um mês da inauguração**.

2. Jogam o Corinthians e o Internacional de Limeira.

Talvez não pareça, mas a frase não está correta. Quem não conhece os clubes, não perceberia. Isto, porque a todo nome próprio está associado um gênero, masculino ou feminino. **Corinthians é masculino**, porque é um *sport club*, como está no nome completo da agremiação. Já **Internacional é feminino**, porque é uma *associação atlética*.

Pela mesma razão se diz **o Juventus** (*clube atlético de São Paulo*) e **a Juventus** (*clube italiano, apelidado *la vecchia signora**).

Note que isso também acontece com o nome de pessoas. Para citar um exemplo, Carminho tanto pode ser **a Carminho** (fadista portuguesa) como **o Carminho** (Fernando Carminho).

Firulas linguísticas...

3. O encontro provocou bastantes debates.

Embora o dicionário Aulete admita o uso acima da palavra bastantes, vale a pena evitá-lo. Diga **O encontro provocou bastante debates**.

Bastante é uma palavra particularmente sensível. No sentido de muito, ou **de forma suficiente**, só pode ser usada no singular (porque é um advérbio): **Os pais ficaram bastante felizes com a escolha** – isto é, ficaram **muito** felizes com a escolha.

Já no sentido de **em quantidade suficiente**, pode variar (é um adjetivo): **Estes doces são bastantes para a festa toda** – isto é, são **suficientes** para a festa toda. Note que o uso de **bastantes**, na frase que abre este tópico, não nos permite saber se o encontro provocou *grande quantidade* de debates ou se provocou o número necessário de debates. Para ficar claro, de acordo com o que aconteceu devemos dizer **O encontro provocou muitos debates** ou **O encontro provocou suficientes debates**.

4. Haja vista o acontecimento de ontem, a travessia é de fato perigosa.

Não se incline a corrigir para **Haja visto**, pois o emprego de **Haja vista** está certo. A expressão é invariável: nem *haja visto*, nem *hajam vistas*. Isto porque **haja vista** significa *tendo em vista* – onde **vista** não varia. Fique com o supercitado Ruy Barbosa: “Haja vista as minhas Cartas de Inglaterra...”

No próximo número tem mais.

Milton Claro é publicitário, escritor e criador do site www.santamissa.com.br.
Email: milton.claro@kreanto.com.br

Cuidados com a saúde

Aprenda a se prevenir em viagens para lugares quentes Carlos Jardim

As viagens nos tiram de casa. A trabalho ou lazer, deixamos o ambiente a que estamos acostumados. Há lugares em que a temperatura, altitude e umidade são muito diferentes daquelas que nos são familiares. No mar ou na montanha, nos desertos, florestas ou na neve, ficamos expostos a estímulos e riscos que, muitas vezes, desconhecemos ou subestimamos.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) estima que mais de 900 milhões de viagens internacionais são realizadas todos os anos. Em países continentais como o Brasil, mesmo as viagens internas podem nos levar a ambientes muito diferentes. Em todas elas, o viajante pode se deparar com condições que põem em risco sua saúde.

A proposta deste trabalho é discutir algumas medidas que podem ser tomadas antes da viagem para prevenir esses riscos, assim como oferecer informações básicas sobre como lidar com os problemas que por acaso aconteçam durante esse período. São in-

formações úteis para pessoas sem problemas de saúde, mas que podem interessar também aos portadores de doenças crônicas. Diabéticos, hipertensos, cardiopatas, dependentes de oxigênio e até pacientes com insuficiência renal crônica que necessitam de hemodiálise podem viajar, basta saber como cercar-se dos cuidados necessários.

Desidratação e insolação

Quando nos expomos ao sol e a altas temperaturas, corremos o risco de desenvolver um episódio de desidratação ou insolação. Esse risco é maior nas praias, nas florestas, mas está presente também em desertos, ambientes secos e com temperaturas muito elevadas durante o dia.

Desidratação

No calor e sob atividade física, transpiramos mais para manter a temperatura corporal estável. A desidratação se instala quando a quantidade relativa de água no corpo se torna insuficiente.

A perda de água corporal ocorre tanto pela sudorese au-

mentada, como pela expiração. Esse efeito é maior em situações de grande gasto energético. A redução relativa da água corporal dificulta o funcionamento normal do organismo, porque algumas reações enzimáticas são alteradas. A frequência cardíaca fica mais elevada e, em casos mais graves, a pressão arterial pode cair bastante. Como consequência, os tecidos deixam de receber o aporte adequado de sangue.

Os sintomas iniciais de desidratação são cansaço e dor de cabeça. À medida que a desidratação progride, sentimos sede. Depois podem aparecer tonturas, náuseas e sudorese excessiva.

Insolação

Insolação é consequência da desidratação extrema. A pessoa perde a capacidade de resfriar o corpo, a temperatura central aumenta e ela para de suar (sinal de alerta). Simultaneamente, ocorre a alteração da consciência (a pessoa pode ficar sonolenta) e do comportamento (confusão). Nessa si-

tução, todos os órgãos podem entrar em sofrimento, especialmente o cérebro, os rins e o coração.

A insolação é resultado do aumento de temperatura e não necessariamente da exposição ao sol; portanto, o uso de protetor solar não impede seu aparecimento.

Prevenção

Sempre que estivermos expostos ao calor e ao sol, devemos nos hidratar com regularidade e frequência. Crianças, idosos ou pessoas com dificuldade de comunicação merecem atenção especial, porque podem não expressar adequadamente a sensação de sede ou calor. Se não houver contraindicação, ofereça líquidos regularmente às pessoas mais vulneráveis.

Além disso, proteger-se sob uma sombra natural ou guarda-sol (ou tendas ventiladas) pode ser outra medida útil. Se possível, deve-se evitar exposição ao sol nos horários de maior temperatura (entre 10h e 16 horas). Recomenda-se também não realizar ativida-

des físicas extenuantes, principalmente nesse período.

Tratamento

O tratamento da desidratação é, obviamente, hidratar-se. Não é preciso oferecer grandes quantidades de líquido de uma vez – pequenas quantidades em intervalos menores de tempo podem ser mais fáceis de administrar. Não há preferência quanto ao tipo de bebida, desde que não contenha álcool. Água potável e fresca ajuda bastante nesses casos.

Nos episódios de insolação, o importante é resfriar o corpo. Tire a pessoa do sol e calor e ofereça-lhe líquidos frescos em abundância (evitar bebidas alcoólicas). Faça-a descansar e providencie uma banheira com água fria (não gelada) para ajudar no resfriamento. Em casos graves, pode ser necessário encaminhar a pessoa para atendimento hospitalar.

Carlos Jardim, doutor em Pneumologia e especialista em Clínica Geral, faz parte do corpo clínico do Hospital Sírio-Libanês de São Paulo (SP) e é coautor da coleção “Guia Prático de Saúde e Bem-Estar” (editora Gold).

Colônia de Férias

Na praia há sempre festa

Os pequenos se divertiram a valer e os adultos também no Dia das Crianças

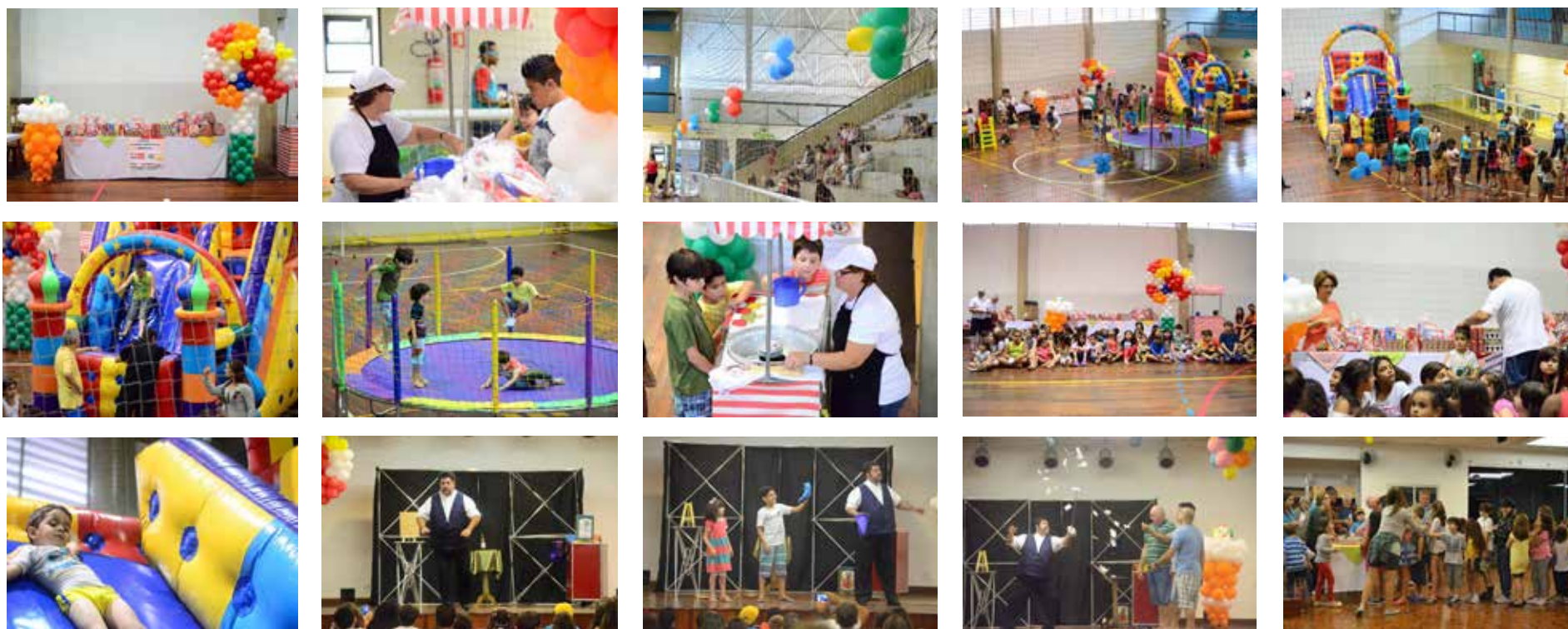
Embora não seja data universal, o Dia das Crianças é comemorado em mais de 100 países em momentos variados. O mais próximo de uma data “mundial” é o Dia Universal

das Crianças, celebrado em 20 de novembro. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para marcar a aprovação, em 1959, da Declaração Universal dos

Direitos da Criança. Coincidentemente, 12 de outubro é o dia em que Cristóvão Colombo descobriu as Américas, batizando-as informalmente de “continentes crianças”, pois fo-

ram descobertas tardiamente.

Para a criançada a data não tem importância, pois o que vale é comemorar. E muito, e até mágica todos fizeram. Comprove pelas fotos.



Típica festa havaiana na piscina

Luau é um termo que importamos no século 20 do havaiano lu'au, mas vale pra nós como uma bonita e animada festa

Promovida pelo nosso Departamento Social, o Lual é conhecido no mundo inteiro. O primeiro sentido do havaiano lu'au, que não chegou até nós, é o de um prato típico feito com

brotos de taro (um tipo de taio-ba), frango ou polvo cozidos em leite de coco. A segunda acepção de lu'au surgiu por extensão de sentido: as festas ao ar livre, em geral na praia, em que era ser-

vido esse prato acabaram por ganhar o mesmo nome. Foi essa, como se sabe, a acepção que importamos. É possível que a falsa semelhança com a lua tenha desempenhado algum papel no

sucesso que a palavra fez entre nós, mas certamente não tomou parte em sua origem. Esse goi o primeiro Luau da Colônia. Os associados já estão esperando pelo próximo.

